

RELATÓRIO DE CAMPO: NOVAS ARTICULAÇÕES NO MEIO RURAL – O TURISMO EM PEQUENA ESCALA EM TAMARANA/PR

Alini Nunes de Oliveira

Universidade Estadual de Londrina – UEL

alini_nunes@hotmail.com

Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente

Universidade Estadual de Londrina – UEL

calvente@uel.br

Data da saída de campo: 16 de maio de 2009

INTRODUÇÃO

Com o processo de transformação dos modos de vida da sociedade contemporânea, a atividade turística vem se destacando no discurso e nas políticas de desenvolvimento rural. Assim, o rural passa a ser um espaço multifuncional cujas funções sociais, econômicas e culturais ganham um novo significado. O turismo, neste momento, pode ser uma oportunidade para quem procura uma alternativa para o desenvolvimento local e para valorizar o patrimônio (material e imaterial).

Para compreender a importância que o turismo rural assumiu nas últimas décadas, faz-se necessário um entendimento amplo das razões que acarretaram essa valorização do rural. Sob este prisma, a realidade do turismo rural de pequena escala e a relação da atividade turística com a dinâmica do espaço geográfico foram objetos de estudo em trabalho realizado, no dia 16 de maio de 2009, no município de Tamarana/PR (Figura 01). O texto abordará aspectos do novo rural brasileiro, como a intensificação da atividade turística no meio rural. O trabalho de campo permitiu relacionar a discussão teórica com as experiências em turismo rural em Tamarana/PR.

Neste relatório de campo será discutida, num primeiro momento, a metodologia aplicada a este trabalho, em seguida virá uma explanação sobre as transformações no meio rural brasileiro e a relação com o turismo, para então adentrar ao tema principal do trabalho que é o turismo em áreas rurais, tendo como estudo de caso o município de Tamarana, refletindo sobre as possibilidades de contribuição do turismo para o desenvolvimento local e/ou os problemas gerados pela atividade turística.

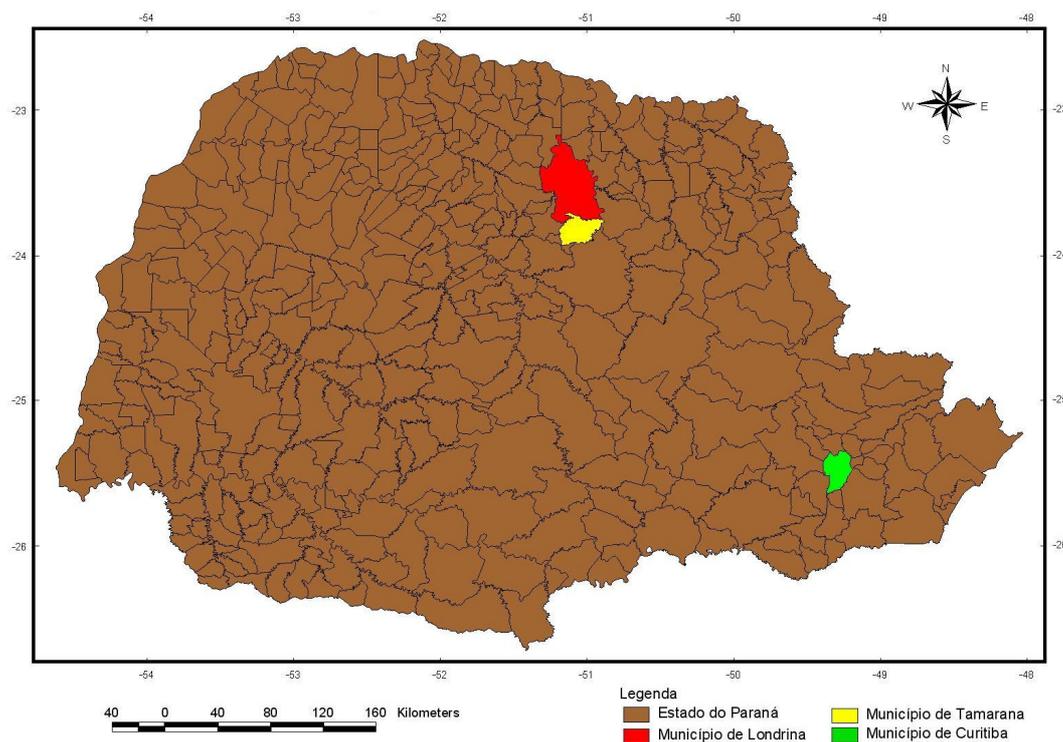


Figura 01. Localização do município de Tamarana

Fonte: IBGE, 2009.

Organização: Nascimento, 2009.

METODOLOGIA

O recorte espacial foi escolhido com o intuito de se fazer um estudo de caso, que Cervo e Bervian (1996, p. 50) definem como “[...] uma pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade para examinar aspectos variados de sua vida”.

Utilizou-se como metodologia o trabalho de campo, que se constitui em um instrumento fundamental para a pesquisa geográfica. É uma possibilidade para que os alunos apreendam a realidade que os cerca, isto é, uma forma de aproximação entre a teoria e a prática. Além da leitura que deve ser feita a respeito do tema da pesquisa, poder-se-á explorar mais a curiosidade acadêmica. A pesquisa teve caráter qualitativo, ou seja, “[...] preocupa-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que é dado às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica” (GONÇALVES, 2003, p. 68).

A pesquisa qualitativa permite ter acesso a uma maior riqueza de informações sobre um determinado tema, além de tratar de fenômenos singulares e dotados de certo grau de

ambigüidade. Normalmente, os dados da pesquisa quantitativa não conseguem alcançar essa riqueza. Além disso, o contato direto e interativo do pesquisador/aluno com a situação objeto de estudo permite compreender a perspectiva dos participantes da situação estudada acerca do fenômeno.

Para alcançar uma maior fidelidade nas informações obtidas, utilizou-se como instrumento de pesquisa a entrevista gravada. Foram entrevistados dois dos quatro proprietários rurais do município que já estão envolvidos com a atividade turística. Ambos possuem residência em outra cidade, mas estão constantemente na propriedade quando elas recebem visitantes. Optou-se, por solicitação de um dos entrevistados, pelo anonimato.

TRANSFORMAÇÕES NO MEIO RURAL BRASILEIRO E O TURISMO

Mais expressivamente a partir da década de 1980, começaram a ocorrer alterações na dinâmica das relações econômicas e sociais que abrangem o meio rural brasileiro, modificando sua estrutura. Graziano da Silva (1997) ratifica essa situação ao afirmar que não se pode mais descrever a dinâmica do rural brasileiro como determinada exclusivamente pelo seu viés agrário, uma vez que surge um conjunto de atividades não-agrícolas que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural.

As transformações no espaço advindas das novas tecnologias resultam em novas formas de organização da produção, afetando diretamente o campo mediante o processo de industrialização da agricultura. A diferenciação entre meio urbano e rural diminui, acarretando na desqualificação ideológica do urbano relacionado ao “novo”, “moderno”, “artificial” e “progresso” e o rural ao “atraso”, “arcaico”, “natural” e “pobreza”. Alentejano (2000, p. 103) confirma a existência desses estereótipos e aponta que características como o “[...] isolamento, visão de mundo provinciana e relações interpessoais restritas, porém densas, atribuídas ao rural, são hoje também altamente questionáveis”. Essas transformações permitiram que as unidades familiares se individualizassem em relação à gestão produtiva da propriedade, fazendo com que alguns membros da família procurassem fora da localidade outras atividades; e os trabalhadores autônomos reduzissem o tempo dedicado às atividades agrícolas para buscar rendimento em outras atividades (GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Quando as atividades agrícolas tradicionais não conseguem proporcionar grandes rendimentos às famílias, surgem outras dinâmicas chamadas de “novas atividades rurais”, como pesque-pagues, fazendas de caça, produção de plantas ornamentais e animais exóticos, dentre outros, conforme exemplificam Campanhola e Graziano da Silva (2008). Neste quadro, a sociedade depara-se com um processo conhecido como pluriatividade, podendo ser definido, segundo Schneider (2008), como a combinação de duas ou mais atividades (sendo uma delas a agricultura) em uma mesma unidade de produção, onde os membros familiares participam do trabalho. A pluriatividade é capaz de promover o bem-estar e a melhoria na qualidade de vida rural, visto que contribui para a redução do desemprego, a elevação da renda familiar, o acesso a bens, alimentos e serviços, a redução do êxodo rural, e o auxílio na sazonalidade das colheitas.

Já pensando na cidade, o crescimento da busca por locais “não-urbanos” mostra que há uma grande necessidade simbólica do retorno a uma vida bucólica (reencontro de valores eliminados da vida cotidiana, recuperação da paz interior e vivência com pessoas cujos modos de vida são tidos como simples) (RODRIGUES, 2001). Perante isso, o turismo em áreas rurais vem despontando como uma atividade não-agrícola de incremento no processo de desenvolvimento das propriedades rurais e também de municípios com características predominantemente rurais.

TURISMO EM ÁREAS RURAIS

O turismo que vem sendo observado pelo mundo, em sua grande maioria, está diretamente ligado à atividade econômica. Desde os anos de visível intensificação do processo de globalização, a partir da década de 1990 (aqui se reportando à característica de reordenamento dos espaços para não se ter uma visão simplista de tal processo), há uma intensificação na modificação nos modos de vida, formas de produção e relações sociais de trabalho.

A procura desenfreada do progresso proporcionou sérias catástrofes ambientais e socioeconômicas: a informatização diminuiu em grande escala o número de postos de trabalho; intensificou-se uma desigual distribuição de renda para a população, más condições de saúde e educação, desmatamento e poluição desregrada; entre outras de uma longa lista.

O período atual, definido por Santos (1996) como técnico-científico-informacional, foi iniciado após a Segunda Guerra Mundial, especialmente a partir da década de 1970. Caracteriza-se por ser flexível, autorregulado, polifuncional, com circulação de bens materiais e imateriais (informação), descentralizados e interativos (redes). Mesmo quando se manifesta localmente, está presente no funcionamento da rede de relações que dão base ao que se chama de globalização. Assim, a idéia de dissipação da ciência, da tecnologia e da informação para todos os cantos do planeta é generalizadora, já que a disponibilidade de tais condições não é homogênea para todos os povos. A globalização tem por característica a busca da estandardização e da banalização das características culturais, mediante a produção de protótipos e normas, mostrando-se racional e artificial. Em outras palavras, o referido processo de globalização anula a diversidade, não podendo, portanto, ser visto como diretriz para o desenvolvimento humanizado.

No mundo altamente tecnicista e urbanizado em que se vive hoje, toda essa tecnologia, por um lado, beneficiou a população através de melhores condições de vida, abrindo um leque de opções e, por outro lado, transformou sociedades tradicionais em sociedades de consumo (em razão do apelo da mídia), urbanizadas (por mais de 80% da população se concentrar nas cidades) e estressadas (em virtude da grande agitação do cotidiano das pessoas em busca de melhores condições de vida).

Nessa sociedade de consumo em massa, o tempo livre é capturado por intermédio da construção, via publicidade, de novas necessidades de consumo ligadas ao lazer e ao turismo, por conta da grande transformação que a vida da sociedade em geral vem passando, buscando assim locais “não-urbanos”.

As transformações advindas dos avanços tecnológicos geraram graves problemas, tanto nas cidades como no campo. O Brasil, entre as décadas de 1940 e 1980, “[...] presenciou uma inversão quanto ao local de residência da população brasileira: se pouco mais de um quarto da população era urbana em 1940, na década de 1980 o total passou dos três quartos” (CALVENTE, 2004, p. 4). Essa transformação ocorreu graças ao avanço da tecnologia no campo, mecanizando as tarefas e provocando o êxodo de milhares de pessoas do campo para as cidades, já que não encontravam mais emprego, porque as máquinas haviam tomado grande parte dos postos de trabalho. Além disso, pequenos proprietários que permaneceram no campo não o fizeram por muito tempo, já que não tinham recursos financeiros para implantação de tecnologia, partindo assim para as cidades.

É clara a tendência do desenvolvimento de atividades não-agrícolas no meio rural como complemento da renda, e nesse sentido o lazer e o turismo destacam-se. É importante salientar também que, na realidade do meio rural brasileiro, existe a exploração do turismo como atividade complementar de renda ao pequeno produtor, com pouco investimento financeiro, enquadrando-se na relação de propriedade privada camponesa da terra (por exemplo, abertura da propriedade para visitantes, exploração dos recursos naturais, etc.); há, nessa mesma realidade, os grandes proprietários capitalistas que se utilizam do turismo para obtenção de renda e lucro por grandes investimentos em infraestrutura (hotéis-fazenda, grandes restaurantes rurais, etc.). De acordo com Marafon (2006, p. 26):

Essas “novas” atividades demandaram um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão das atividades turísticas no meio rural, o que possibilitou que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, pudessem ocupar as vagas geradas na expansão do turismo rural.

O turismo em áreas rurais vem despontando como uma atividade de incremento no processo de desenvolvimento das propriedades rurais, já que parte da população que mora nas cidades busca estabelecimentos rurais para poderem vivenciar um cotidiano distinto, às vezes, executando tarefas tradicionais, em contato com valores simbólicos locais. Assim, incluem-se atividades como “spas” rurais, centros de convenções, parques para prática de esportes, visitas a parentes e amigos, museus, igrejas, construções históricas, festas, rodeios, gastronomia regional, artesanatos e produtos alimentícios, colônias de férias, hotéis-fazenda, fazendas-hotéis¹, esportes de natureza e condomínios rurais de segunda residência (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2008).

Verificam-se, de maneira geral, efeitos positivos diretos do turismo rural, tais quais: aumento na oferta de emprego; melhoria do acesso à infraestrutura básica; complemento de renda; valorização da cultura e resgate da memória local; conservação ambiental e desenvolvimento de pequenas e médias indústrias.

¹ Para Campanhola e Graziano da Silva (op. cit.) hotel-fazenda é um hotel na área rural onde se podem encontrar alguns elementos da atividade agropecuária para satisfação dos visitantes, ou seja, a atividade hoteleira é a principal e fazenda-hotel é uma propriedade rural que oferece opção de hospedagem, ou seja, as atividades hoteleiras são secundárias, apenas um complemento de renda, as atividades agropecuárias sendo as principais.

Porém, assim como em qualquer atividade econômica, a atividade turística pode trazer efeitos negativos, como degradação ambiental causada por resíduos sólidos, ruídos, depredação do patrimônio natural; em alguns casos, a mercantilização dos aspectos culturais de dado local; crescimento da demanda de serviços básicos competindo com as necessidades da população local; aumento da insegurança e criminalidade pelo incremento no fluxo de pessoas; aumento no custo de vida das comunidades envolvidas diretamente; abandono das atividades agropecuárias, deixando a cargo do turismo a exclusividade de rendimentos; entre outros (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2008).

Apesar dos problemas que podem ser observados, o turismo também pode ser uma oportunidade para as pessoas das áreas rurais que procuram uma alternativa ao desenvolvimento local, ao mesmo tempo em que desejam valorizar o seu patrimônio cultural e natural. Nessa perspectiva, o norte do Paraná possui diversos elementos importantes para o desenvolvimento do turismo rural e, como exemplo deste potencial, tem-se o município de Tamarana, estudo de caso desta pesquisa.

TAMARANA: POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E PROBLEMAS GERADOS

O norte do Paraná possui aspectos do relevo movimentado, clima ameno, abundância de corpos hídricos e povo considerado hospitaleiro, características que fazem com que esta região seja importante para a turistificação.

Tamarana é um município recente e sua história possui elementos que também podem ser interessantes para o turismo. Advém de um avanço espontâneo de uma população que não possuía boas condições financeiras, ligada à criação de animais, e que partia em busca de terras, caminhando no divisor de águas dos rios Piquiri e Ivaí, colonizando a região por onde passava. Em 1921, chegaram os primeiros moradores e Evaristo Camargo, um dos pioneiros, construiu a capela de São Roque, uma vez que era devoto do santo e o lugarejo foi nomeado com o mesmo nome. Em 1943, o Departamento Nacional de Correios e Telégrafos sugeriu que o nome de São Roque fosse modificado para Tamarana, visto que havia duplicidade de correspondências, já que existiam duas cidades com o mesmo nome. O nome então foi alterado para Tamarana, que na linguagem indígena significa arma de guerra, feita de madeira duríssima, usada pelos índios (TERNOPAR, 2004).

Os pioneiros faziam parte da frente de expansão que avançava sobre terras indígenas. A principal atividade era a criação rudimentar de porcos, já que a indústria da banha e derivados fazia parte da produção industrial brasileira da época. A atividade era desenvolvida em São Roque desde 1921, e os porcos eram levados a pé até Barra Bonita (atual Ibaiti), Ponta Grossa e Itapetininga (SP). Além dessa atividade, havia o comércio, pelos viajantes, que traziam produtos nos lombos de burros.

Em 1930 foi criado o distrito judicial de São Roque, pertencente ao município de Tibagi. Porém, em 1939, houve um decreto governamental que desmembrou o distrito de São Roque de Tibagi, para anexá-lo à Londrina. Em 1940, houve a expansão das estradas que davam acesso ao distrito e, em 1941, houve a ligação direta com Londrina. Em 1952, o governo estadual tentou desmembrar o distrito de Londrina e anexá-lo a Marilândia do Sul. Foi realizado um plebiscito e a população manifestou-se contra. Em 1991, houve outro plebiscito e a população de Tamarana optou pela emancipação política, que ocorreu em 12 de dezembro de 1995 com a criação do município de Tamarana. Nessa mesma data é comemorado o aniversário do município. Em 1997, o município foi efetivamente instalado, após as eleições de 1996, quando se desligou da administração de Londrina (TERNOPAR, 2004).

O município de Tamarana está localizado ao sul do município de Londrina, distante 58 quilômetros deste e 365 quilômetros de Curitiba (em relação ao centro da cidade) (Figura 01). Segundo o censo de 2007, sua população total é de 10.887 habitantes (IBGE, 2009). Possui uma altitude média de 770 metros, podendo chegar, em alguns lugares, a até 1.200 metros. A diferença de altitude (com a ondulação do relevo) e também o clima ameno fazem com que estes aspectos naturais sejam atrativos. Além disso, a presença de corpos hídricos em abundância contribui para que a região tenha potencial turístico (Figura 02). Como até poucos anos atrás Tamarana era distrito de Londrina, a cidade ainda conserva suas características rurais, fato que contribui para o seu potencial para o turismo rural (Figura 03).

De acordo com estudos realizados por Calvente (2003), os principais elementos da atratividade que permitem uma análise da potencialidade estão ligados tanto a elementos da natureza quanto elementos culturais. Como elementos culturais significativos para o turismo rural têm-se: atividades produtivas diversificadas; balneários; colônias de imigrantes; produção e venda de artesanato; exposições de produtos do meio rural; festas com temas rurais; festas tradicionais ou folclóricas; informações contextualizadas da

cultura erudita e popular; locais onde ocorreram eventos importantes; obras artísticas; obras que demonstram avanços técnicos e científicos; gastronomia típica; patrimônio arquitetônico; pequenos museus; prédios que serviram de residência ou local de trabalho a personagens conhecidos; recursos paleoantropológicos; entre outros. Já como elementos naturais significativos para o turismo rural têm-se: espécies vegetais e animais nativas e/ou raras; montanhas que permitem o alpinismo; paisagens naturais cênicas e panorâmicas; recursos geológicos e paleontológicos; rios piscosos e encachoeirados; lagos, lagoas e represas; entre outros.

Existem propriedades rurais no município que já recebem visitantes, umas com maior volume que outras: a Estância Cachoeira, a Estância Tamarana (que atualmente se encontra fechada) e a Estância Barão do Rio Branco são as mais conhecidas e já possuem alguma estrutura para a recepção dos visitantes (como lugar para refeições e hospedagem e atividades de lazer). Já a Fazenda Aprisco e o Recanto do Pinhão possuem atratividade, porém a atividade ainda é incipiente.



Figura 02. Cachoeira localizada na Estância Barão do Rio Branco.
Autor: OLIVEIRA, 2009.



Figura 03. Espaço para café rural na Estância Barão do Rio Branco.
Autor: OLIVEIRA, 2009.

No dia 16 de maio de 2009 foi realizado um trabalho de campo no município de Tamarana/PR com objetivo principal de conhecer exemplos da realidade do turismo rural de pequena escala no município e compreender a relação da atividade turística com a dinâmica do espaço geográfico. Esse trabalho de campo faz parte das atividades do projeto TERNOPAR (Turismo e Excursionismo Rural no Norte do Paraná), projeto de pesquisa do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina que tem como objetivo:

[...] desenvolver metodologias, em conjunto com as comunidades de municípios do Norte do Paraná já envolvidas com a atividade turística, para a valorização e conservação dos recursos e potencialidades para as atividades de turismo e excursionismo em áreas rurais brasileiras. (TERNOPAR, 2009, p. 1)

De maneira geral, o que se pode observar é que os proprietários têm tido interesse em fazer investimentos na estrutura das propriedades para receber visitantes, porém o retorno financeiro é a longo prazo. É necessário que a população do município como um todo tenha interesse em desenvolver o turismo e que a renda obtida nos estabelecimentos seja realmente revertida ao município para que o investimento não seja somente pontual, mas sim, que todos possam se beneficiar de alguma forma com o dinamismo que o turismo pode trazer, ou seja, um desenvolvimento da localidade de forma humanizada, para que “As comunidades locais diretamente envolvidas no

processo, desafiem os agentes hegemônicos e imponham irracionalidades, ou seja, contrafinalidades, fazendo valer seus interesses, reforçando, portanto, as horizontalidades” (RODRIGUES, 2003, p. 107). Exemplos de desenvolvimento do turismo de base local são vários no Brasil. No estado do Ceará, há casos estudados por Coriolano et. al. (2009): Icapuí, os núcleos de rendeiras artesanais do Ceará, os bugueiros, Prainha do Canto Verde (município de Beberibe), praia de Flecheiras (município de Trairi), praia de Tatajuba (município de Camocim), Conjunto Palmeiras (município de Fortaleza), Tejuçosa, Fundação Casa Grande (município de Nova Olinda), entre outros.

A cidade tem uma imagem que é representada como “cidade do interior” ou até mesmo “comunidade fechada”. Tal imagem persiste, inclusive, em relação às festividades e momentos de confraternização, porque apesar do município ter potencial para atrair visitantes, e isto já estar ocorrendo, o processo tem sido lento: o prato típico está sendo criado apenas agora (carneiro grelhado, uma vez que há algum tempo vem tendo destaque na cidade a criação de carneiro). Toda sexta-feira é realizada uma feira no centro da cidade, mas o que se encontra é apenas comida, não há artesanato local expressivo, como ocorria anos atrás, quando havia pessoas na cidade que comercializavam bordados, produtos em crochê, dentre outros. Em relação às festas na cidade, há a Festa de São Roque (padroeiro de Tamarana) e também a festa de aniversário da cidade, que poderiam ser importantes atrativos para os visitantes de municípios vizinhos, mas que atraem em grande parte somente os moradores locais.

O processo de desenvolvimento do turismo, na maioria dos casos, ocorre a longo prazo. Para que a população assimile a atividade turística como pertencente a ela é necessário um processo demorado que exige empenho, dedicação e adequação. Empenho e dedicação são necessários para unir os setores público e privado e a comunidade em geral em busca de investimentos na atividade turística, observando sua potencialidade e cientes de que o desenvolvimento local acontece gradativamente, adequando-se os locais e as práticas a um turismo de pequena escala e de mínimo impacto ao meio.

O turismo é uma atividade que pode trazer benefícios e malefícios e é importante ter informações a respeito para poder optar pelo turismo ou não. Algumas ações necessárias para estruturar a atividade são: autonomia da população para gerir a sua localidade e o turismo (elencando suas prioridades e como concretizá-las, fazendo com que a atividade aconteça em seu ritmo e que corresponda às suas expectativas) (SOUZA, 2002); apoio e

participação efetiva nas atividades; política de capacitação/qualificação da população, mediante cursos preparatórios, palestras e demais incentivos, visto que a formação profissional é um dos fatores críticos para alcançar o sucesso na atividade turística; assistência técnica a empreendimentos turísticos locais e produtores rurais com interesse de inserção no turismo; implantação do tema turismo dentro das disciplinas curriculares e dos temas transversais nas escolas, etc.

É sempre necessário um olhar crítico ante a realidade, percebendo que o turismo proporciona aspectos positivos e negativos para a mesma localidade e não separadamente. As populações de alguns lugares são mais resistentes que outras quando se trata de uma modificação na dinâmica do espaço local, mas o que se deve levar em conta é a relação entre a cultura, a economia e o ambiente como um todo, partindo das seguintes questões: a quem beneficia? Quem está envolvido no processo? De quem partiu a iniciativa? Para que as respostas estejam ligadas ao local e à comunidade, deve-se buscar um desenvolvimento socioespacial, ou seja, “[...] um processo de superação de problemas e conquista de condições (culturais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaço-territoriais) propiciadoras de maior felicidade individual e coletiva [...]” (SOUZA, 2002, p. 18 - 19). Assim o que se estará implantando será uma atividade “humanizada”, que busca não somente o crescimento econômico, mas a valorização da cultura, da solidariedade ao próximo e com mínimo impacto ao meio.

Impactos negativos devem ser reconhecidos para que possam ser minimizados. Nas entrevistas gravadas, vários problemas foram abordados. Um dos temas comentados pelos entrevistados diz respeito às drogas:

Tem algumas coisas ruins do turismo, não digo para o turista, mas para quem tem propriedade rural. O que eu achei que foi desvantagem é que antigamente as pessoas trabalhavam nas fazendas, nos sítios, os meninos trabalhavam na lavoura, alguns nem sabiam o que era maconha, a maioria nem sabia o que era isso, e agora com esse problema de turismo (com muita gente indo do campo pra cidade, da cidade pro campo), você não ocupa muito eles para isso. Uma pessoa cuidava da plantação de soja e outras três do gado e só aí você já vai mandando eles para outras atividades. Daí acontece que eles têm conhecimento dessas coisas e não se adaptam muito com a cidade, daí acontece como um que eu conheço, de 28 anos, agora que vem na casa do pai, que ainda está morando em sítio, mas já estão com esse problema, mexendo com drogas, já roubaram, entendeu? Isso aí pra mim é uma parte que eu conheço da região aqui, que quando começou esse negocio aí de turismo, agora eu só pago uma menina aqui que limpa esse gramado, olha o tanto de gente que se perdeu e ela não consegue aprender.

Na visão deste proprietário, o fato das drogas terem chegado à população do campo e de não haverem postos de trabalho para todos são indícios de que estas novas atividades no rural brasileiro não proporcionam apenas benefícios. Conforme discutido anteriormente, estes pontos observados provêm de um processo maior do que o turismo. A modernização do campo, com a entrada de novas tecnologias na agricultura e pecuária, fez com que surgissem novos meios de renda para o produtor rural. Através destas tecnologias, cada vez mais o campo fica próximo da cidade. Há um contato maior entre população urbana e população rural e, em muitas regiões, não se consegue distinguir facilmente o que é rural do que é urbano. Problemas que antes se restringiam aos meios urbanos, atualmente chegam a lugares que por muito tempo estiveram imunes a eles. Apesar das alternativas de atividades contribuírem para a permanência do homem no campo, ainda há problemas com a população jovem, que se vê atraída pela vida na cidade.

Outra abordagem destacada diz respeito a um fenômeno que não é exclusividade do turismo, mas do atual momento que a sociedade, como um todo, está vivendo. Trata-se da insegurança decorrente de roubos de animais, mudas de plantas, etc.:

Eu ganho ou faço as mudas, mas faço, eu mesmo faço. Ganhei essas três mil mudas de araucária, o rapaz me trouxe, se cai o IAP não deixa nem mexer, só que tem ladrão que vem e rouba os pés de eucalipto, os pés de araucária, rouba de fora, tem muito roubo aqui, muitas vezes desanima. Se eu ficar 15 dias em Londrina, eles roubam tudo, a casinha lá da estrada foi depredada, morei quase três anos lá: roubaram fios, quebraram os vidros, tem um andarilho que morou uma semana lá. É igual o da cidade. E tem esse problema aí, pessoas que não querem mais os animais deixam aí na beira da estrada dos sítios, é direto, dois, três cachorros, tem gente que gosta de passar a mão nesses cachorros aí, tudo sem vacina, sem tomar banho, aqui tem roubo de gado, roubaram uma vaca minha, levaram lá perto da casa.

A respeito da questão ambiental, há também preocupações:

[...] outra desvantagem é o problema do lixo, é o mais sério de todos. Todo mês eu tenho que pegar aquela camionete e lotar ali, é latinha, garrafa, tudo o que você pode imaginar de lixo. Para separar, eu tenho que pagar um dia de uma pessoa para separar, queimar o que tem que queimar e o resto ensacamos, às vezes eu aproveito umas garrafas, faço muda de árvores. Mas nenhum prefeito quer mandar, a gente tem que se virar, eu acho que já que a gente paga impostos eles tinham de recolher o lixo. Além disso, também estraga a beirada do rio [...].

Além dos resíduos gerados diretamente pelos turistas, há também aqueles gerados pela própria manutenção da propriedade. Tal problemática é vista em grande parte dos estabelecimentos rurais. Durante a visita à propriedade, obteve-se o seguinte depoimento:

Aqui, quem mais gosta de turismo rural são os estrangeiros, vem americanos e alemães. Eles não querem ir embora mais! Aquela casa velha caindo aos pedaços lá eles gostam. Ela foi construída em 1972, eles gostam e vem para passar dois dias e ficam 15 dias, eles gostam de tudo, mosquito, animais, natureza, eu acho que eles respeitam mais a natureza do que a gente. [...] tem gente também daqui que vem e põe fogo, as cercas aqui não duram nada. Além disso, os visitantes vêm de Londrina, de Apucarana, Maringá, Ponta Grossa vem bastante, Cornélio Procópio. [...] aqui vem muita gente acampar, mais do que na casa [...]. A turma da terceira idade é a que se diverte mais, mesmo eles tendo maior dificuldade para ir à cachoeira, eles curtem mais, fazem baile, festa, vêm, bastante, grupos de igrejas [...]. Agora a visitação começa a parar, por causa do inverno. Agora vai começar a vir no final de agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março; abril já começa a cair, maio, junho, julho e voltam no final de agosto. Porque o meu aqui ainda não tem um lugar adequado, se esse lugar aqui fosse mais fechadinho, eu ia fazer todo sábado almoço, tem gente que quer vir todo sábado [...].

Vê-se que existem alguns problemas em relação à sazonalidade. Porém, como o proprietário possui outras formas de rendimento para a propriedade (como a plantação de soja, por exemplo), não causam tantos transtornos à sua renda.

O que o turismo pode trazer de valorização subjetiva da propriedade é observado também no perfil do proprietário, de gostar do que faz. Isso se evidencia inclusive nas falas:

Mas é assim, esse negócio da propaganda eu gostaria de fazer, mas eu não estou adequada. Eu vou ter que melhorar bastante coisa. E da minha família nem meu marido gosta de ficar escutando, por ele nós estaríamos em Camboriú, meus filhos a mesma coisa, um é dentista no norte do Mato Grosso, o outro mora em Camboriú, e a outra menina vai cuidar das coisas dela também, ninguém nem vem aqui, tem uma em Londrina, vai embora hoje, eu é que fui lá, mas ninguém da família gosta. Só que eu sempre gostei, já faz vinte anos que eu faço isso aí [...].

O não-envolvimento da família nos negócios é um dos fatores que faz com que o desenvolvimento do turismo não se realize de uma forma plena. Entretanto, percebe-se que, apesar disso, ela se orgulha bastante de administrar o local segundo as suas possibilidades momentâneas:

Para você vender um bem seu lá em Londrina, investir aqui e gastar o que tem e o que não tem, daí fica aquele elefante branco, sem saber o que fazer com o lugar. Você tem que pagar seis, sete funcionários, eles levando você na justiça, é ruim. Você fazer um negócio muito grande, só se tiver uma parceria com um hotel que já é forte, pra ele fazer um investimento, daí sim daria certo. Do jeito que eu

estou fazendo aqui é só pra meu prazer mesmo, não dá muito lucro. Assim mesmo dá mais que a soja que a gente planta 10 alqueires ali mais quatro alqueires dos outros, 14 que é arrendado. Este dinheiro que recebo aqui agora e na hora de vender eles descontam ainda imposto ficam menos ainda, ganhando menos do que isso aqui, o do turismo dá mais do que as plantações.

Percebe-se que, neste caso, a atividade turística proporciona certo rendimento para a propriedade, e que esta alternativa pode ser melhor do que as atividades agrícolas tradicionais. Tem-se, desta forma, uma opção de atividade não-agrícola como complemento da renda rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da bibliografia, e com a vivência obtida com a realização do trabalho de campo, pôde-se averiguar *in loco* e teoricamente a realidade vivida pelas pessoas envolvidas com a atividade turística no meio rural.

A valorização dos pontos fortes dos municípios em relação à atratividade para o turismo é fundamental para o bom andamento do processo de desenvolvimento da atividade: o município necessita conhecer suas potencialidades e acima de tudo levar em conta a opinião da população local envolvida, descobrindo se é de interesse ou não o investimento em tal atividade.

Aspectos positivos do turismo, como a valorização das propriedades e a contribuição na renda dos proprietários, mesmo diante da sazonalidade, puderam ser observados.

Também se pôde observar características negativas nesta relação com o turismo. Dentre elas, estão o lento processo de envolvimento e interação da população local, o não-envolvimento da família nas atividades rurais e o aumento na produção de resíduos sólidos.

Tomar conhecimento dos aspectos negativos do tema estudado não significa que ele é apenas uma atividade causadora de problemas. Assim como em outras atividades econômicas (indústria, comércio, agricultura etc.), o turismo possui seus benefícios e malefícios. O que se deve fazer é buscar uma atividade de mínimo impacto ao meio, que pondere as modificações ocorridas na localidade e procure contribuir para o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**. Nº 15. São Paulo: 2000, p.87 -112.

CALVENTE, M. C. M. H. **Turismo e excursionismo rural: potencialidades, regulação e impactos**. Londrina: Humanidades, 2004.

_____. **Os elementos da potencialidade**. Londrina: Ed. UEL, 2003. Trabalho não publicado.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor**. Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/pesquisa/NEA/pesquisas/rurbano>> Acesso em: 20 out. 2008. p. 1–29.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CORIOLOANO, L. N. M. T. et al. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança**. Fortaleza: Ed. UECE, 2009.

GONÇALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, Mai. 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 16 jul. 2009.

MARAFON, G. J. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Campo-território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, Fev. 2006.

RODRIGUES, A. B. Geografia do turismo: novos desafios. In: TRIGO, L. G. G. (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2003. p. 87– 122.

_____. Turismo eco-rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001. p. 111-126.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHNEIDER, S. **Políticas públicas, pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil. Asociación Latinoamericana de Sociología Rural**. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/21%20GT%20Schneider-Sergio.pdf>> Acesso em: 20 out. 2008. p. 1–19.

SOUZA, M. J. L. de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo: desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 17-22.

TERNOPAR. **Turismo e excursionismo rural no Norte do Paraná**. *Sobre o projeto, objetivos e natureza*. Disponível em: <<http://www.uel.br/projeto/ternopar>> Acesso em: 26 mai. 2009.

_____. **Tamarana** – Proposta final para roteiro de excursionismo educativo. Londrina: Ed. UEL, 2004.